



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
2ª PROCURADORIA DE CONTAS

PARECER PAR - 2ª PRC - 2114/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/07108/2017
PROTOCOLO	: 1806735
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ
JURISDICIONADO	: LUDIMAR GODOY NOVAIS – EX-PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2016
RELATOR	: OSMAR DOMINGUES JERONYMO

SUMÁRIO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL.** PREFEITURA MUNICIPAL. EXERCÍCIO DE 2016. DESCUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 11.494/2007. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DE FORMA IRREGULAR. REPASSE DUODÉCIMO ACIMA DO LIMITE CONSTITUCIONAL. INFRINGENCIA DA LEI Nº 4.320/64. PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART.59, INCISO III, LEI COMPLEMENTAR 160/2012. RECOMENDAÇÃO. RELATÓRIO-DESTAQUE.

Referem-se os presentes autos à prestação de contas anual da **Prefeitura Municipal de Ponta Porã-MS**, relativa ao exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Sr. **Ludimar Godoy Novais** – Ex-Prefeito, encaminhada a esta Corte de Contas para exame e julgamento em atendimento à disposição contida no art. 21, inciso II, da Lei Complementar nº 160/2012.

A equipe Técnica da 4ª Inspeção de Controle Externo emitiu análise técnica n. 16429/2017, pç. 68, opinando pela emissão do Parecer Prévio contrário à aprovação das contas.

Seguindo o trâmite regimental, os autos foram remetidos a d. Auditoria para manifestação, oportunidade em que, **ratificou** os argumentos ora defendidos pela equipe técnica, opinando pela emissão de **Parecer Prévio Contrário à Aprovação** destas contas, com as considerações expostas nos **subitens “2.2.3, 2.2.6, 2.2.7, 2.2.8”** do Parecer de nº 30361/2017, constante da peça de nº 71.

Remetidos os autos a este *parquet* de Contas que emitiu Parecer Conclusivo n. 14909/2018, pç. 72, opinando pela intimação do responsável pelos fatos expostos irregulares pela equipe técnica e pela d. Auditoria.

É o que cumpre relatar.

Pelos documentos anexados nos autos, esta Procuradoria de Contas acolhe os entendimentos expostos pela 4ª ICE e d. Auditoria, frisando que as



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
2ª PROCURADORIA DE CONTAS

violações legais constatada ensejaram na irregularidade das contas que ora se aprecia, conforme as considerações lançadas a seguir.

O gestor encaminhou os documentos a esta Corte sem respeitar o prazo regimental previsto pela IN/TCE/MS n. 54/2016, cabendo multa regimental pela mora da remessa.

Os documentos encaminhados não atenderam integralmente as exigências da IN/TCE/MS n. 54/2016, restando ausentes:

- a) *Leis que autorizam e Decretos de Abertura de Créditos Adicionais, se houver;*
- b) *Anexo 14 – Balanço Patrimonial, contendo informações do Exercício Atual e Anterior, atendendo a nova estrutura da STN (Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 105, Portaria STN nº 437/2012 - Parte V do MCASP e alterações);*
- c) *Extrato dos credores correspondentes da dívida fundada interna e externa, contendo saldo em 31 de dezembro (Lei nº 4.320/64, Art. 98 § Único); Item 28.*
- d) *Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido, aplicável às Empresas Estatais Dependentes e para os entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas (Portaria STN nº 749/2009, Art. 4º e alterações);*
- e) *Leis autorizativas da dívida fundada, quando houver;*
- f) *Ato legal de encerramento de exercício destacando-se autorização de Baixa/Cancelamento de Dívida Passiva/Ativa, se houver;*
- g) *Demonstrativo Sintético das Ações Desenvolvidas pelo Município para Cobrança da Dívida Ativa, Atos Legais e Movimentação no Exercício (Lei nº 4.320/64, Art. 39, Art. 102 § 2º e LC nº 101/2000, Art. 58); Quadro não preenchido; e*
- h) *Relação dos Precatórios Pagos, em ordem cronológica (CF, Art. 100 e LC nº 101/2000, Art.10), se houver.*

1.) Elaboração e registro contábil do Orçamento

Em consulta ao Processo TC/9224/2016, constata-se que a elaboração do orçamento da Prefeitura já se iniciou com irregularidades, cujas disposições legais não foram cumpridas, pertinentes ao Plano Plurianual que não apresentou as previsões orçamentárias de acordo com a Constituição Federal.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
2ª PROCURADORIA DE CONTAS

Tais irregularidades se perpetuaram na formação do Balanço Orçamentário, que verificando o erro na formação do saldo não registrou a verba do FUNDEB como dedução das receitas.

Fato que tornaram irregulares também a LOA e a LDO, cujos saldos orçamentários não demonstraram exatidão com o valor registrado.

A Lei das Diretrizes Orçamentárias deve dispor dos Anexos de Metas Fiscais e dos Riscos, o que não ocorreu.

O ato ímprobo do gestor executivo caracterizou infração administrativa prevista pela Lei dos Crimes Fiscais com fulcro no inciso II do artigo 5º da Lei Federal n. 10.028/2000, com penalização pecuniária prevista no §1º do mesmo artigo, a ser julgada por esta Corte de Contas com apuração de responsabilidade em processo apartado.

Dos Créditos Abertos e Autorizados, o gestor não encaminhou nenhum documento como Decreto ou Lei autorizando a abertura dos créditos orçamentários, como determina a Lei Federal n. 4.320/64.

Com a omissão dos documentos autorizativos legais não foi possível aferir se o processo de abertura dos créditos adicionais está de acordo com a Lei de Orçamento Público.

Quanto à execução orçamentária da Receita, o gestor encerrou o Balanço Orçamentário, no entanto, transferiu o saldo contábil da Receita Arrecadada com valor diferente do escriturado, caracterizando infração de escrituração contábil irregular.

O responsável contábil utilizou-se de classificações de contas contábeis fora dos padrões normativos, com intuito de dificultar a aferição dos saldos, no entanto, tal conduta fere a Resolução do CFC n. 1.133/2008 – NBC T 16.6, pertinentes aos registros das contas de forma genérica limitada a 10% do valor total do grupo de contas.

O mesmo ocorreu com a Execução orçamentária da Despesa, onde foi detectada a divergência de valores nos Anexos apontados pela Auditoria que se iniciaram na elaboração do Orçamento municipal.

2.) Das Obrigações Constitucionais (Saúde, Educação e Duodécimo)

O limite de repasse do duodécimo ao Poder Legislativo deu-se de modo irregular, no entanto, o valor ultrapassado é irrisório alcançando o valor de



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
2ª PROCURADORIA DE CONTAS

0,02% de excesso, cabendo este *parquet* de Contas, não sugerir a penalização, mas sim à recomendação ao gestor atual que observe o limite de modo a não descumprir o dispositivo constitucional.

Em constatação das despesas públicas obrigatórias, cujo percentual obrigatoriamente devem atingir 15%, em aferição de cálculo foi possível constatar que o gestor da época (Sr. Ludimar Novais) não cumpriu com a aplicação mínima, infringindo assim o artigo 198, §2º da CF/1988 c/c artigo 7º da Lei Federal Complementar n. 141/2012.

Na área de educação, o gestor estava obrigado a cumprir tanto a Constituição Federal quanto as legislações específicas e regulamentadoras do Funde de Educação, presentes na Lei Federal n. 9.394/21996 e Lei Federal n. 11.494/2007.

Em análise pela ICE e d. Auditoria se constatou que todas as exigências normativas e regulamentadoras foram cumpridas pelo gestor.

Sendo assim, este *parquet* de Contas conclui da seguinte forma:

Em acompanhamento aos entendimentos, tanto da equipe técnica quanto da d. Auditoria, este Ministério Público de Contas entende que houve infringência das normas: regimental, constitucional e específica, resultando em uma série de irregularidades que desaprovam totalmente a prestação de contas.

Nestas condições, este Ministério Público de Contas se pronuncia no sentido de que este egrégio Tribunal Pleno:

- I- emita **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS, exercício financeiro de 2016, gestão do Senhor Ludimar Godoy Novais.
- II- Pela autuação de Processo de Relatório-Destaque previsto pelo artigo 144 da Resolução Normativa n. 76/2013, para efeitos de apuração de responsabilidade quanto à ausência da inclusão das metas fiscais nos instrumentos orçamentários aprovados pelo legislativo sem o cumprimento das disposições legais pertinentes à matéria, verificar o repasse pertinente ao duodécimo acima do limite constitucional e não cumprimento da aplicação mínima constitucional em ações e serviços de Saúde.
- III- Sugerimos ao Relator que autorize a realização de inspeção *in loco* para verificar se as irregularidades externadas aqui se



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
2ª PROCURADORIA DE CONTAS

perpetuam na gestão seguinte, cabendo a este Tribunal de Contas além de fiscalizar, também orientar sobre as possíveis consequências dos vícios de irregularidades herdadas da gestão anterior, principalmente com os ditames constitucionais e legais específicos.

- IV- Comunique os interessados do resultado deste julgamento, nos termos da Lei Complementar n. 160/2012.

É o parecer.

Em 11 de fevereiro de 2019.

João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador de Contas